



**UEPB**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP  
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA/PB  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
4ª TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO:  
GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E  
AMBIENTAL

**Linha de Pesquisa:**

Planejamento Territorial Rural

**FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO**

**JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO**

Guarabira - PB  
2020

JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO

**FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Ma. Sharlene da Silva Bernardino

Linha de Pesquisa: **Planejamento Territorial Rural**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244f Nascimento, Jordana Louise do.

Formações territoriais e a perspectiva de luta da mulher pela democratização da terra e emancipação no cenário paraibano [manuscrito] / Jordana Louise do Nascimento. - 2020.

51 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Sharlene da Silva Bernardino, Departamento de Geografia - CH."

1. Emancipação. 2. Território. 3. Gênero. 4. Democratização da terra. I. Título

21. ed. CDD 910

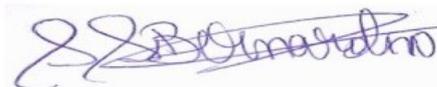
**JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO**

FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Monografia) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação da Prof.ª Ma. Sharlene da Silva Bernardino

Aprovada em: 05/12/ 2020.

Banca Examinadora



---

Prof. Ms. Sharlene da Silva Bernardino (UEPB/CH/DG)  
Mestre em Geografia- UFPB  
Mat.3298841-0 - Departamento de Geografia



---

Prof.ª Ma. Ana Carla dos Santos Marques (CH/UEPB)  
Examinadora



Prof.º Dr. Rômulo Luiz Silva Panta (SECT/PB)  
Examinador

A todas as mulheres que lutaram almejando construir um novo caminho e ao querido professor Carlos Berlamino (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as amigas e amigos que estiveram presentes na construção do Trabalho de conclusão de Curso e sobretudo aquelas e aqueles que caminharam comigo durante o processo de formação da especialização, sendo esses: Najila Martins; Loyze Naiama, Gabrielly Costa Ramon Pontes, Lucas Ribeiro e ao meu companheiro de vida e luta Pedro Danilo.

A minha orientadora Sharlene Bernardino, que segurou minha mão quando estava perdida.

As mulheres e os companheiros do Assentamento Zumbi dos Palmares pela recepção e a confiança de terem partilhado um pouco de suas narrativas.

E, sobretudo a minha família que sempre deu apoio e forças, para continuar na luta pelo conhecimento.

“As mulheres trabalhadoras contaminam com sua crítica a inteligência de suas contemporâneas, destroem os velhos ídolos e hasteiam o estandarte da insurreição para protestar contra as verdades que as submetem durante gerações.”

Alexandra Kolontai. (2011 p.22)

#### **4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental**

**TÍTULO:** FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO

**LINHA DE PESQUISA:** Planejamento Territorial Rural

**AUTORA:** Jordana Louise do Nascimento.

**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Sharlene da Silva Bernardino (CH/UEPB)

**EXAMINADORA:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Carla dos Santos Marques (CH/UEPB)

**EXAMINADOR:** Prof.<sup>o</sup> Dr. Rômulo Luiz Silva Panta (SECT/PB)

**RESUMO:** A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar a luta da mulher pela democratização da terra e de como esse processo traz a consciência emancipatória, ocasionando a reconfiguração do território dentro e em torno de si salientando como a sua participação política fortalece os movimentos que estão inseridas na Paraíba. As limitações encontradas pelas mulheres assentadas para se firmarem enquanto indivíduo político e como as imposições da cultura patriarcal impedem o desenvolvimento destas dentro e fora do Assentamento de Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB, região imediata e intermediária de João Pessoa. Buscando analisar a linha entre a Geografia e o Gênero no contexto da luta das mulheres por terra e por emancipação política, além de analisar como foi o processo de ocupação da terra e consolidação do assentamento estudado. Almejando entender o papel designado socialmente e culturalmente no macroterritório e no microterritório, foi levantado o contexto histórico da luta da mulher no cenário paraibano, com base na trajetória de vida de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves, visando pontuar as suas ações como lideranças políticas, dentro de um território com configurações patriarcais. A intenção do trabalho foi construir uma rede conceitual, relacionando-a com autoras e autores que abordam a temática democratização da terra e emancipação. Neste íterim, a descrição realizada por Elizabeth Teixeira em sua biografia foi utilizada, com objetivo de elucidar a narrativa na visão de uma mulher sobre a luta pela democratização da terra e a repressão oriunda do Estado e do latifundiário, Heleieth Saffiote (2015), que trabalha com a luta de classes, Sylviane Agacinski (1990) abordando a política dos sexos, Maria García (2002) levantado o contexto agrário em que encontra-se a mulher assentada, István Mészáros (2011) que discute a luta de classe e emancipação incluindo a mulher da estrutura do macro e do micro, Judith Butler (2018) abordando a leitura de gênero e de como o Estado age politicamente precarizando a vida dos indivíduos sociais e Bernardo Fernandes (2013) construindo uma análise sobre as formações territoriais.

**Palavras chave:** emancipação; território; gênero; democratização da terra.

## **4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental**

**TÍTULO:** FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO

**LINHA DE PESQUISA:** Planejamento Territorial Rural

**AUTORA:** Jordana Louise do Nascimento.

**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Ma.. Sharlene da Silva Bernardino (CH/UEPB)

**EXAMINADORA:** Prof.<sup>a</sup> Ma.. Ana Carla dos Santos Marques (CH/UEPB)

**EXAMINADOR:** Prof.<sup>o</sup> Dr. Rômulo Luiz Silva Panta (SECT/PB)

**ABSTRACT:** The research was developed in order to analyze the struggle of women for the democratization of the land and how this process brings emancipatory awareness, causing the reconfiguration of the territory inside and around itself, highlighting how their political participation strengthens the movements that are inserted in Paraiba. The limitations found by women settled to establish themselves as a political individual and how the impositions of patriarchal culture prevent their development inside and outside the Zumbi dos Palmares Settlement, located in the municipality of Mari-PB, in the immediate and intermediate region of João Pessoa. Seeking to analyze the line between Geography and Gender in the context of women's struggle for land and for political emancipation, in addition to analyzing how the process of land occupation and consolidation of the studied settlement was. Aiming to understand the socially and culturally designated role in the macroterritory and the microterritorium, the historical context of the struggle of women in the Paraiba scenario was raised, based on the life trajectory of Elizabeth Teixeira and Margarida Maria Alves, aiming at punctuating their actions as political leaders within a territory with patriarchal configurations. The intention of the work was to build a conceptual network, relating it to authors who approach the theme of land democratization and emancipation. In the meantime, the description made by Elizabeth Teixeira in her biography was used in order to elucidate the narrative in a woman's view of the struggle for the democratization of the land and the repression from the State and the landowner, Heleieth Saffiote (2015), who works with the class struggle, Sylviane Agacinski (1990) addressing the politics of the sexes, Maria García (2002) raised the agrarian context in which the settled woman, István Mészáros (2011), who discusses class struggle and emancipation, including the woman of the macro and micro structure, Judith Butler (2018) approaching the reading of gender and how the State acts politically precarious the lives of social individuals and Bernado Fernandes (2013) building an analysis of territorial formations.

**Keywords:** emancipation; territory; genre; democratization of the land.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b>	Localização do município de Mari-PB.....	14
<b>Mapa 02</b>	Organização do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	44

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 01</b>	Elizabeth Teixeira.....	24
<b>Figura 02</b>	Margarida Maria Alves.....	25
<b>Figura 03</b>	Lote de Dona J.....	32
<b>Figura 04</b>	Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	37
<b>Figura 05</b>	Instrumento estratégico de defesa dos acampados, Cachorra...	42
<b>Figura 06</b>	Horta individual.....	43
<b>Figura 07</b>	Horta comunitária.....	43
<b>Figura 08</b>	Casa de Farinha, primeira sede da escola.....	46
<b>Figura 09</b>	Nova sede da escola.....	47
<b>Figura 10</b>	Horta agroecológica.....	47

## **LISTAS DE SIGLAS**

<b>CEAT</b>	Centro de Estudos Agrários e do Trabalho
<b>CH</b>	Centro de Humanidades
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MPA</b>	Movimento de Pequenos Agricultores
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SEDUP</b>	Serviço de Educação Popular
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTORNO DO CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A LUTA DA MULHER NA PARAÍBA.....</b>	<b>19</b>
1.1 TRAJETÓRIAS DE LUTAS PROTAGONIZADAS POR ELIZABETH TEIXEIRA E MARGARIDA MARIA ALVES.....	22
<b>CAPÍTULO 2. O OLHAR DA MULHER ASSENTADA DIANTE DA LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO SISTEMA PATRIARCAL.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 3 – O ESTUDO DE CASO DA LUTA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES FRENTE A REPRESSÃO DO ESTADO E DA FAZENDA CAFUNDÓ.....</b>	<b>36</b>
3. 1. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA EMANCIPATÓRIA.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

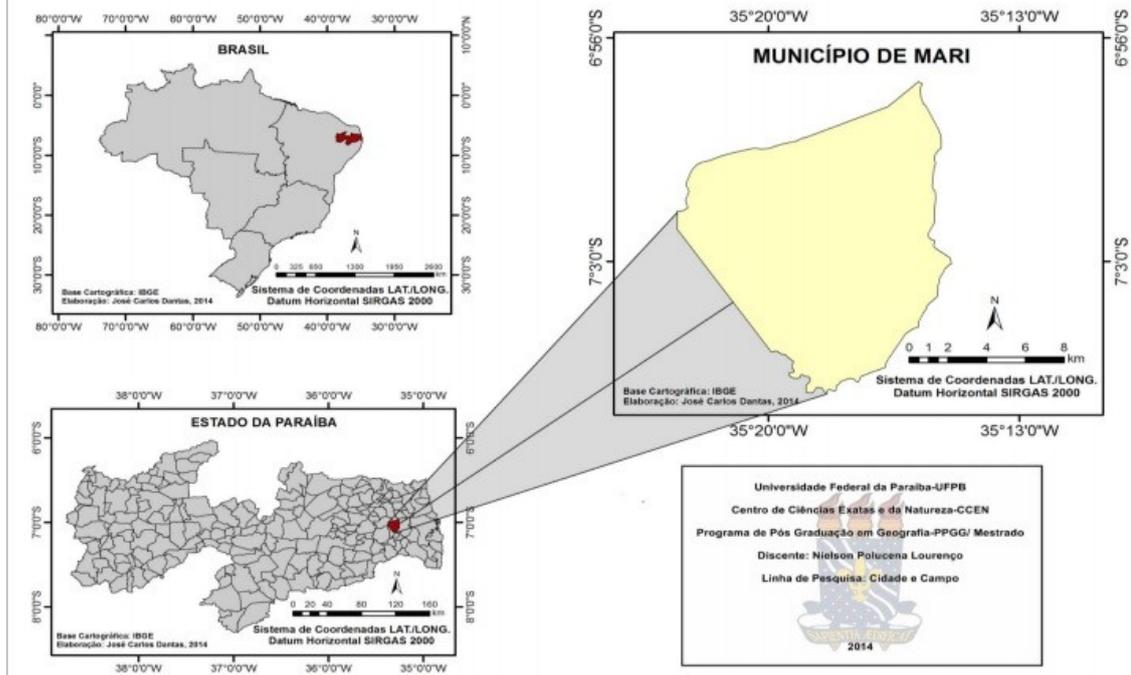
Levantar o protagonismo da luta da mulher identificando-a como sujeito político ativo a partir da perspectiva da divisão entre a luta de classes e que por consequência aumenta a disparidade entre as relações de gêneros, é entender que as estruturas territoriais, configuradas sobre esse padrão, precariza a vida das mulheres. Pensar em como as relações entre os gêneros formam e modificam o espaço social, configurando territórios, é buscar entender o feminismo através da geografia, reconhecendo que a natureza do gênero está inserida nas estruturas e nos padrões territoriais.

Para embasar essas afirmações será construída uma rede de análise, entre autoras e autores que abordam a discussão sobre a democratização da terra e emancipação. Após perceber que enquanto as configurações territoriais tiverem como pilar a estrutura do capitalismo, ela não será livre do patriarcalismo. Lembrando que os assentamentos não estão isolados da cultura imperialista, segundo a autora Maria García (2002), eles são reflexos da sociedade que possui como cultura o machismo, sendo reproduzido em todas suas esferas.

Para que ocorra uma mudança nesse cenário é necessário um rompimento com as estruturas desse sistema, que aliena e impõe condições de dominação, e através do processo de luta a mulher se emancipará. Uma vez que essas são formadas para manter a submissão e o empecilho da construção de um saber próprio, assim o sistema a mantém em submersão na estrutura capitalista, a autora Alexandra Kolontai (2011) fala que o capitalismo não liberta as mulheres, ele muda a sua realidade, tornando-as submissas e passivas, escravas obedientes do marido.

Para compreender melhor esses aspectos, foi realizado um estudo no Assentamentos Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB, na região imediata e intermediária de João Pessoa (mapa 01 localização), visando analisar o processo de ocupação da terra até torna-se um assentamento consolidado. Ressaltando a narrativa de mulheres dentro do Assentamento. buscando conhecer a realidade a qual está inserida. É importante salientar que as terras destinadas para a formação do assentamento não cumpriam com 65% da função social, além de possuir dívidas acumuladas durante 20 anos e por isso foram direcionadas à reforma agrária em benefício das e dos trabalhadores sem-terra.

Mapa 01: Localização do município de Mari-PB



Fonte: LOURENÇO, Nielson Polucena. 2014.

Essa área possuiu como economia durante um tempo, a produção canavieira, pertencendo à Fazenda Cafundó tendo como proprietário Laureano Casado da Silva, contudo, com o passar do tempo o fazendeiro passou a arrendar as terras para outros fazendeiros realizarem o plantio do pasto para o gado. As trabalhadoras e trabalhadores quando tomaram conhecimento sobre as irregularidades das terras no ano de 2000, organizaram-se com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) dando o início as reivindicações pelo direito do acesso à terra. A partir desse momento, houve a ocupação no ano de 2001 pelos militantes do MST, por volta de 60 famílias fizeram o corte da cerca e adentraram a terra. Nesse contexto de conflito territorial o latifúndio buscava manter o poder sobre a terra utilizando da violência para sufocar a luta, logo construindo um território ainda mais conflituoso.

O fazendeiro, mesmo não cumprindo com as funções sociais e omitindo em documentos oficiais referentes a quantidade de hectares que possuía – pois, de acordo com depoimentos recolhidos por pessoas assentadas, o antigo proprietário tinha registrado em documentos 600 hectares, porém ele apropriava-se de 1200 hectares –, fez a grilagem<sup>1</sup> das terras. O fazendeiro procurou apoio do Estado para que defendesse os seus interesses, esse respondeu enviando cerca de 200 policiais para o acampamento com o objetivo de despejar as 60 famílias.

Mesmo com o braço do Estado defendendo um lado, os militantes que estavam ocupando não cederam e continuaram buscando meios para permanecer na terra. Com a derrota do fazendeiro judicialmente, não havia mais motivos para que o Estado ordenasse a retirada dos trabalhadores da terra. A partir desse momento os camponeses passaram a lidar com a violência oriunda da milícia sobre a ordem do fazendeiro, de acordo com as narrativas levantadas no trabalho de campo realizado no dia 13/04/19. Segundo os relatos dos assentados, em 2003 o acampamento sofreu um atentado, os milicianos tocaram fogo em 25 barracos, felizmente não houve vítimas, pois, o acampamento possuía um vigilante, que tocou um instrumento chamado cachorra para alertar os demais companheiros. A consolidação do assentamento ocorreu apenas no ano de 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse processo será construída uma análise de como as relações de poder são criadas dentro do espaço social. Levando em consideração que o poder está inserido entre o macro e micro, estando presente em todas as relações sociais firmando-se na vida cotidiana. Logo, está ligado diretamente com a construção e modificação do espaço geográfico. Esse aspecto reflete diretamente na interação política da mulher tanto no microterritório, esse com caráter familiar – espaço privado; como no macroterritório, com caráter social – espaço público.

Neste contexto é usurpada não só a liberdade de ir e vir da mulher, mas também é roubado o direito de pensar, ocasionando a perda do território privado, deixando-a perdida e alienada – esse processo é amparado pelo macro e fixado no micro. Quando ocorre uma mudança, com relação ao direito da mulher, essa tem que ser ligada diretamente com medidas governamentais, para que se torne aceita/respeitada pela sociedade.

A partir dessas colocações é preciso levantar algumas questões: qual é a importância da mulher identificar-se enquanto sujeito ativo? O estudo sobre fatos históricos e geográficos sobre a luta das mulheres e entre classes sociais são importantes para compreender a formação de territórios? Quais são as limitações encontradas pelas mulheres assentadas? Essas pontuações são importantes para compreender a trajetória de luta das mulheres, de como esse processo repercute dentro da sociedade ocasionando o rompimento dos padrões e a alienação imposta pelo sistema patriarcal, gerando a busca da emancipação política.

Para responder a estas indagações, serão levantados nomes de mulheres que lutaram pela democratização da terra e por direitos trabalhistas, como a líder

das Ligas Camponesas Elizabeth Teixeira, a líder sindicalista Margarida Maria Alves e das narrativas de mulheres que residem no assentamento Zumbi dos Palmares. Faz-se necessário conhecer a história das mulheres que lutaram/lutam por acesso à terra e pelos seus direitos dentro de uma sociedade de classes que favorecem uns e marginalizam outros, para compreender os processos territoriais que as rodeiam e de como o rompimento modifica o cenário econômico e social em que vive, transformando-o em um território onde as mulheres passam a ter voz ativa e decisões dentro da comunidade.

A escolha de desenvolver estudos na área voltada para a geografia agrária, concretizou-se a partir das pesquisas realizadas durante a graduação no curso de licenciatura plena em geografia, no Centro de Humanidades (CH) – Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Nesse período houve o envolvimento com grupos de pesquisas que discutem essa temática voltada para a questão agrária brasileira, abordando as contradições do capital e os conflitos gerados no campo. Essas problemáticas foram levantadas no grupo de pesquisa Centro de Estudos Agrários e do Trabalho (CEAT) e aprofundada com o grupo de pesquisa Olhares Geográficos, onde ocorreu a introdução dos processos territoriais com a perspectiva voltada para as relações de gêneros.

A delimitação do tema estudado foi incorporada através da interação entre as mulheres do campo, a partir das análises levantadas com base nas narrações descritas pelas mesmas, esse convívio gerou questionamentos sobre como as contradições do capital interferem nas configurações territoriais, ocasionando uma maior exploração na força de trabalho da mulher. Esses apontamentos foram introduzidos em um capítulo no projeto de pesquisa de iniciação científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que teve como fonte de pesquisa a escala geográfica na região imediata e intermediária de João Pessoa, mais precisamente nos municípios de Pilões-PB e Mari-PB, onde se fez o levantamento dos Projetos de Assentamentos consolidados.

Em meio a essa construção social, a pesquisa justifica-se ainda pela necessidade de buscar entender os processos territoriais nos quais a mulher está inserida, uma vez que ela se encontra em posição de submissão no macroterritório e microterritório, tendo a sua força de trabalho duplamente explorada. Ressaltando que o micro e macro interagem entre si, um é a reprodução do outro. Logo, existindo uma modificação na estrutura do microterritório – podendo ser esse, o ato da mulher reconfigurar as relações de poder existentes no âmbito domiciliar, passando a

interferir no espaço social do assentamento –, gera uma nova configuração territorial, pois esse território passaria a ser mais democrático para as mulheres.

Nesse amparo a pesquisa foi desenvolvida, sobretudo, com o intuito de analisar a luta da mulher pela democratização da terra e por direitos dos e das trabalhadoras, buscando a compreensão de como esse processo traz a consciência emancipatória, ocasionando a reconfiguração do território dentro e em torno de si. Salientando como a sua participação política fortalece os movimentos que estão inseridas na Paraíba. O levantamento do nome de duas mulheres que abalarão as estruturas, no microterritório e posteriormente no macroterritório, através da sua luta por justa em um território rural governado pelas oligarquias locais, coloca a tona a força política que é usurpada pelas estruturas.

A pesquisa também optou por analisar a realidade da mulher assentada e sua narrativa, almejando identificar as dificuldades ocasionadas pela precarização, induzida pelo Estado. A sua produção econômica e de sustento no lote, o qual reside. Nessa perspectiva, foram realizadas inserções a campo no Assentamento Zumbi dos Palmares, objetivando entrevistar e conhecer o cotidiano da mulher e conhecer o processo de luta para a sua consolidação. A partir desses objetivos será construindo a discussão sobre as configurações territoriais.

Levantando os apontamentos de que a construção da sociedade baseada na divisão entre as classes, tende a condicionar a mulher em uma posição de submissão, onde a figura da representação masculina não foi preparada para aceitar a mulher como protagonista da história de luta, não apenas pela terra, mas também pelos direitos de igualdade entre os gêneros.

A metodologia do trabalho é qualitativa, no primeiro momento será construída uma rede de pensamentos, realizada através do levantamento de obras que abordam e discutem temas sobre a área de gênero, reforma agrária, luta de classes, território, relações de poder e emancipação. Por esta razão haverá um diálogo com acontecimentos históricos, marcados pelo avanço da luta das mulheres. Tendo como ponto de partida da discussão a busca para compreender a dinâmica com que as relações entre os gêneros estão diretamente ligadas a formação do espaço social e de como esse fato interferem na construção dos territórios.

Possui um caráter qualitativo, pois segundo a autora Maria Minayo (1994 p.21 - 22), a pesquisa qualitativa se aprofunda nas relações humanas, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos”. A partir dos caminhos metodológicos é possível entender o processo que leva a construção cultural da sociedade sobre o pilar da cultura patriarcal, onde a mulher se desenvolve à margem da sociedade.

Abordando a relação social em que a mulher está inserida, dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB. O intuito é analisar a dinâmica da mulher dentro do assentamento e como são desenvolvidas as relações de poder e territoriais, dentro da perspectiva do microterritório e do macroterritório. Nesse ponto será trabalhado a perspectiva do macro e do micro na discussão realizada por István Mészáros (2011), fomentando a abordagem sobre a emancipação, formações territoriais com o olhar de Bernardo Fernandes (2005 e 2013) e Rogério Haesbaert (2014).

A partir da reflexão sobre a importância da emancipação política da mulher e de como a inserção dessa na luta pela democratização da terra reflete em benefícios na conquista pela terra. Assim é possível construir a compreensão de que esse processo reflete na sociedade, ocasionando uma configuração territorial mais inclusiva. Estes processos trazem grande importância para a pesquisa, pois abarca-se, de uma maneira ampla, a luta da mulher, ressaltando exemplos históricos nas figuras de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves, e o cotidiano que trazem à tona a potência política que a mulher exerce quando consegue espaço de fala.

As limitações encontradas para o desenvolvimento do estudo não permitiram que as entrevistas fossem realizadas com o grupo de mulheres que passaram pelo processo de ocupação e consolidação do Assentamento. Essas dificuldades foram impostas pela pandemia do COVID-19. A quarentena impossibilitou a ida ao assentamento para colher as narrativas, na ocasião, houve a intenção de realizar as entrevistas via telefone, contudo não são todas as mulheres assentadas que possuem o aparelho. Outra questão foi a timidez das mesmas em narrar o processo de ocupação, sem a interação com a pesquisadora, uma vez que é necessário que as entrevistas ocorram de modo descontraído e sem a presença do homem, para que elas pudessem se sentir confortáveis ao narrar suas histórias.

Por esse fato, houve apenas dois campos, o primeiro para conhecer o funcionamento da escola, onde foi recolhido a narrativa da gestora, Dona J. a entrevista foi semiestruturada e gravada com sua autorização. Nesse momento foram relatadas as dificuldades encontradas pela escola e pelas mulheres assentadas. O segundo campo teve como intuito conhecer a história de formação do assentamento, contudo essas narrativas foram realizadas pela figura masculina.

## **CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTA DA MULHER PARAIBANA PELA TERRA.**

Nesse capítulo será levantado a análise sobre a vida de Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira, buscando entender o processo histórico-cultural, para desvendar as estruturas que oprimem as mulheres. Esta discussão também se baseará na construção do pensamento emancipatório através da luta, quando a mulher passa a identificar-se enquanto indivíduo político. A formação do território baseada na luta de classes e nas relações de poder, gerada pelo sistema capitalista e absorvidas entre os agentes sociais reproduzidas socioeconomicamente, vai ser utilizada como base para mostrar a condição difusa a qual a mulher encontra-se dentro da estrutura patriarcal.

Falar sobre a realidade da mulher dentro de um contexto agrário é entender que as disputas entre os territórios tornam-se acentuadas pela estrutura do machismo e refletem diretamente na precarização da vida delas enquanto sujeitos, que lutam pela democratização da terra dentro de um macroterritório com configurações capitalistas. A esse respeito, Fernandes (2013) faz uma análise sobre o conceito de território, na qual, os órgãos governamentais instrumentalizam o território buscando defender os interesses das estruturas dominantes, expressando as relações de poder dentro das configurações territoriais ao criar uma relação de controle social no campo, busca legitimar o controle das comunidades rurais.

Assim, ocorrendo a discussão sobre a democratização da terra, entendemos que a reforma agrária vai além da conquista pela terra, Elizabeth Teixeira ajuda a compreender que a luta por terra é em busca de uma vida digna, uma vez que a “Reforma Agrária não é só terra para plantar; é também semente, adubo, é financiamento para o agricultor sobreviver até a colheita. É o preço justo para vender a safra. É escola para nossos filhos. É casa pra morar e é assistência médica!” (ROCHA 2016 p.78), é a saída da precarização. Elizabeth em sua biografia faz um relato sobre o poder concentrado nas mãos dos latifundiários, fato que ampara a discussão de como a zona rural possui configuração de um território violento.

Utilizar a narrativa de mulheres que lutaram pela democratização da terra, para compreender o processo da luta sobre a perspectiva dos seus olhares. É necessário para alavancar a discussão sobre o processo de construção territorial. Elizabeth Teixeira é apontada pois a sua biografia, junto com a história de Margarida

Maria Alves, sobre o olhar da Luanna Rodrigues (2018), são as narrativas de como os donos de engenho, na Paraíba, agiam com violência e eram amparados pelo Estado. Sobre esse apontamento, será construída uma ligação de como o Estado busca meios para manter os privilégios do latifúndio e como esse fornece os meios para que o agricultor tenha a vida desenvolvida às margens da sociedade.

Para melhor entender a discussão sobre o processo de precarização, também será levado em consideração, as colocações levantadas por Butler (2018), onde aponta que a precariedade é uma característica de indução política, que gera uma condição de vulnerabilidade, expondo a população a violência arbitrária do Estado. Podendo ser essa a violência doméstica, que a mulher sofre no microterritório; na esfera do macroterritório, têm-se a violência representada pelo Estado e a que ocorre no campo produzida pelo latifúndio, pois a omissão por parte do Estado nos instrumentos judiciais, deixa de proporcionar proteção e reparação.

Vários são exemplos de pessoas que lutaram por acesso à terra e foram perseguidas, violentadas e executadas pela mão do grande fazendeiro tendo a omissão do Estado. Esse fato ocorre quando existe uma ameaça, contra os interesses do sistema capitalista, capaz de produzir um pequeno abalo nas relações de poder, a resposta para os trabalhadores vem através da violência. Nesta contradição, é necessário que o camponês continue na passividade, sem questionar a forma como a sua força de trabalho é utilizada, sem o acesso à terra, uma vez que essa é encarada como mercadoria e por isso permanece concentrada.

A passividade e submissão é necessária para manter o sistema vivo. Dentro dessa estrutura encontra-se a figura da mulher, condicionada a submissão dentro do macroterritório e no microterritório.

De acordo com Heleieth Saffioti (2015 p. 140), “A submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens”, a sociedade civil é entendida como livre, ela dá indícios que a mulher é “livre”, contudo busca meios para legitimar as ações da cultura patriarcal, podendo ser essas incorporadas nas instâncias governamentais. O Estado fornece meios legais de proteção aos direitos das mulheres, mas as leis não são aplicadas em defesa delas. As leis são interpretadas de acordo com o privilégio de quem detém o poder.

É importante ressaltar que a estrutura do machismo está inserida na sociedade como um todo, por tratar-se de uma relação de poder, contudo, é reproduzido de maneiras distintas. Uma mulher que reside em zona rural vai vivenciar a sua dinâmica de forma diferente da mulher da zona urbana, esse fato

gera pautas de lutas semelhantes e distintas. O mesmo acontece com os conflitos territoriais no campo e na cidade, essas duas escalas geográficas sofrem com a estrutura determinada pelo Estado capitalista, entretanto por serem espaços diferentes as configurações desenvolvem-se de acordo com as relações de poder.

Quando uma mulher modifica o microterritório, passando a questionar e a entender a condição de submissão e passividade introduzida culturalmente, passa a incorporar a sua vontade dentro de si, reocupando o território privado, sendo esses o pensamento e o corpo. Desse modo, reconfigurando o seu papel na sociedade, coloca-se como indivíduo político que ocupa um território de luta, que tem como base combater as estruturas sociais com o pilar capitalista, o qual traz consigo a cultura patriarcal. O autor Mészáros (2011 p. 268) fala que,

Seria um milagre se o “microcosmo” do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio da igualdade real. Em seu conjunto, este sistema não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as *relações de poder* historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da força de trabalho e de maneira autoritária imposta pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema.

Como dito acima, as estruturas tendem a legitimar as ações de dominação. No tocante, a figura da mulher, esta estrutura busca manter a hierarquia social e as relações de poder, definindo as configurações territoriais. Por isso, o processo de emancipação política é lento, porque caminha contra a ordem hierárquica e mexe com a estrutura, ameaçando o sistema dominante. A consciência de classe que a mulher adquire quando ingressa na luta pela democratização da terra, tem como consequência a entrada de outras mulheres na luta, uma vez que essas também passam a modificar a estrutura familiar, nesse processo ela passa a frequentar reuniões dentro da sua comunidade, levantando pautas com cunho feministas.

O MST, visa: “terras, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (STEDILE, 2012, p. 33), ou seja, uma democratização nas estruturas sociais e econômicas de poder. Contudo essas pautas só vão ser alcançadas quando ocorrer o rompimento com o patriarcalismo, uma vez que não é possível almejar uma mudança na sociedade sem que as mulheres se tornem livres das barreiras impostas pelo machismo. Desse modo Mészáros (2011 p.287) afirma que a “emancipação das mulheres, a qual, por sua própria natureza, exige uma ordem social qualitativamente diferente”.

E neste prisma, voltando-se as questões territoriais. Fernandes (2008) auxilia no adensamento, sobre as formações dos territórios oriundas das relações implementadas no espaço geográfico, em que o território é um espaço político. Nesse ponto entendemos que as relações de poder, incluindo o domínio e o controle, são instrumentalizados, tendo como objetivo a parcialidade do Estado, na precarização da vida das mulheres, configurando um território desigual. Então, para que a reforma agrária ocorra de forma ampla, ela precisa andar de mãos dadas com a luta feminista. Logo configurando um território mais democrático.

### 1.1 Trajetórias De Lutas Protagonizadas Por Elizabeth Teixeira E Margarida Maria Alves

A discussão desenvolvida nesse subcapítulo será através da história de luta de duas mulheres que modificaram as estruturas do microterritório e do macroterritório, enfrentando o sistema de controle dominante. Nesse ponto, será trabalhado as formações territoriais, como ponto de partida para entender a dinâmica a qual Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves estavam inseridas.

Entendemos que o território está ligado diretamente com a questão agrária, pois, os territórios possuem configurações oriundas das relações de poder e como toda relação de poder gera disputas pelo espaço, a zona rural torna-se uma escala geográfica que sofre uma série de conflitos devido as disputas pela terra. De acordo com Haesbaert (2014 p.06), “trata-se de ler o Território a partir das relações de poder que se dão em diferentes escalas, podendo-se, assim, falar tanto em micro quanto em macroterritórios”. Nesse contexto de disputa, a mulher encontra-se em um macroterritório, na luta pela democratização da terra e, ao mesmo tempo, vivendo um processo de disputa em uma escala local, sendo esse o território domiciliar no microterritório.

O modo como a sociedade firma-se culturalmente diante do capitalismo, configuram territórios que marginalizam a figura da mulher, tirando o seu poder de autonomia. Como todo território não se configura apenas aos espaços físicos, a interação entre os agentes da sociedade também configura territórios, sendo esses; contraditórios e conflituosos.

Dentro desse contexto, encontram-se Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves, elas não serão abordadas com o objetivo de fazer uma comparação sobre a trajetória de vida e de luta ou como uma biografia, mas para pontuar as ações

políticas que desenvolveram quando entraram na luta, em prol das trabalhadoras/trabalhadores camponeses, que sofriam com precarização do trabalho, moradia e alimentação. Serão levantados os motivos que as levaram para a luta, o crescimento político na Paraíba e posteriormente nacionalmente.

Começaremos as análises partindo do microterritório, quando houve o rompimento com as estruturas formuladas dentro de si. Para entender o processo do corte da cerca (essas sendo as cercas impostas ao seu redor pelo patriarcalismo) é importante abordar o fator que leva a perda do território de dentro si. A alienação a qual a mulher é submetida ocorre antes mesmo do seu nascimento, pois existem rótulos a serem absorvidos e vestidos socialmente, papéis que devem ser seguidos para manter a estrutura do sistema. Butler descreve que,

Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las. (BUTLER, 2018 p. 36-37).

A absorção das normas traz consigo a perda do território de si, à medida que isso ocorre, é como se a mulher perdesse a sua própria identidade, o espaço que existe dentro de si, perdendo o domínio do seu território, seu corpo e pensamentos. Sendo assim, é como se ela desaparecesse, passando a viver sobre as regras e os limites impostos, enclausurada no território do homem, no microterritório. É determinado que a sociedade machista, (compreendida aqui como a sociedade baseada nas divisões de classes) favoreça apenas o homem como centro da formação social, logo o centro da política.

Com o rompimento das normas, desenvolve-se a consciência do questionamento sobre ações que tenham como viés a dominação. A hierarquia definida socialmente, configura territórios conflituosos, onde os agentes usam da violência para manter o poder. A esse respeito Saffioti (2015) pontua que, estabelecido o território do homem, ele passa a atuar como o detentor do poder, logo as mulheres que habitam nesse espaço, são submetidas às suas ordens. Qualquer tentativa de rachadura nessa estrutura vem com respostas de forma violenta.

Elizabeth Teixeira, (figura 01) rompeu com as estruturas do microterritório, (esse sendo dominado pelo seu pai) ao questionar o fato de não poder casar com o companheiro de sua escolha, diante da imposição do pai. Ela encontra como saída,

a fuga de casa para casar com um homem negro que não possuía bens. Muitas foram as ameaças destinadas a João Pedro Teixeira por parte do pai de Elizabeth, com o objetivo de manter o controle sobre a sua filha. Contudo, as ameaças não interferiram no seu posicionamento, ela manteve-se firme. No dia de sua fuga sofreu com a violência oriunda do seu pai, que atirou com a intenção de matar João Pedro e Elizabeth, chegando a afirmar que se tivesse chegado um pouco antes do carro dar partida, não teria escapado uma pessoa viva. (ROCHA. 2016)

Figura 01: Elizabeth Teixeira



Fonte: Brasil de Fato

García (2002, p.03), afirma que “a violência estrutural são também práticas sociais opressivas e de controle”. O patriarcalismo projeta a sua força de domínio sobre a exploração e submissão da figura feminina. Gerando a precarização na vida das mulheres, passando a aliená-las, para que se tornem dóceis e não questionem o papel determinado pela cultura imperialista, com o objetivo de naturalizar as suas ações violentas, sendo essas físicas ou psicológicas, com a conivência do estado.

As relações de poder que existem dentro das sociedades interferem muito na formação dos territórios, como todo território é um espaço político, as relações sociais existentes nele condicionam enfrentamentos e disputas. Michel Foucault (2011) fala de uma relação entre o poder e o saber, pois o saber se configura através de procedimentos de exclusão e de interdição daquilo que pode ou não ser dito, assim os corpos se inserem nesta perspectiva, já que também se configuram como

objeto em que essas relações de poder e de exclusão se efetuam para que os indivíduos sejam dóceis e produtíveis.

A emancipação política, impulsionada pelo processo da luta, carrega a consciência de classe, onde o indivíduo passa a entender o “seu local”, determinado pelo sistema exploratório, socialmente.

Margarida Maria Alves, (figura 02) compreendeu a estrutura hierárquica onde estava inserida ainda na infância, conhecendo a pobreza e submissão. De acordo com Luanna Rodrigues (2018 p. 36), “foi com a expulsão dos seus pais da terra na qual a família vivia e trabalhava que Margarida experienciou a sua primeira ação trabalhista, contra os patrões que expulsaram o seu pai da terra”. Com a ação movida contra os antigos patrões, Margarida firma o seu posicionamento político, entendendo que a única forma de sair da precarização é através da luta, com apenas 18 anos vivenciou o primeiro contato com sindicato rural.

Figura 02: Margarida Maria Alves



Fonte: RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. 2018

Vale ressaltar que durante esse período a Paraíba encontrava-se em um contexto agrário intenso de conflitos. Com a organização dos trabalhadores rurais, sindicatos e a criação das Ligas Camponesas, esse fato passou a mexer com o macroterritório. A reação das oligarquias e do Estado, veio violentamente com o objetivo de sufocar as organizações e silenciar as lideranças, a polícia andava de

mãos dadas com os capangas contratados pelos latifundiários, ameaçando, humilhando e assassinando lideranças.

Para entender melhor as repressões sofridas por Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, vamos explicar a conjuntura política em que se encontrava as relações de poder no campo agrário na Paraíba, uma vez que essas duas mulheres entraram em conflito direto com os grandes proprietários locais, quando passaram a questionar as suas regras.

As oligarquias na Paraíba construía o “Grupo Várzea”<sup>1</sup>, dentro dele estão a família Velloso Borges e Ribeiro Coutinho, esses atuaram fortemente contra os movimentos dos trabalhadores do campo e foram os mandantes do assassinado de Margarida Alves e João Pedro Teixeira<sup>2</sup>, com a finalidade de manter o controle sobre o poder e fragmentar os movimentos de resistência.

Elizabeth chega a falar sobre a violência vinda da família Ribeiro Coutinho contra os trabalhadores, o relato retirado de sua biografia aponta o quanto eram violentas as suas ações. Em sua narrativa, os camponeses organizaram-se para realizar o plantio de milho e feijão em uma propriedade com autorização do dono da terra, contudo quando o Ribeiro Coutinho tomou conhecimento sobre essa ação, acionou o Estado e ordenou que os seus capangas, em conjunto com a força policial fossem ao encontro dos trabalhadores.

Os camponeses que se encontravam trabalhando, foram surpreendidos por um jipe da Fazenda São João, pertence ao Ribeirinho Coutinho. O jipe estava cheio: policiais, três capangas empunhando metralhadoras, dois funcionários de Ribeirinho Coutinho, e o gerente da Usina, o Fernando Gouveia. Logo que o jipe parou, um dos capangas perguntou aos camponeses quem era o líder e foi dizendo que tinha “contas a acertar” com essa caba safado[...] não houve um gesto de Galdino e nem dos outros companheiros que justificasse, de repente, uma rajada de metralhadora.” (ROCHA, 2012. p,165)

A estrutura hierárquica de poder era e é tão bem aplicada, que o Coutinho enviou os seus subordinados para “disciplinar” os camponeses, mesmo esses não estando em suas terras. Neste ponto vemos a extensão do território que o “Grupo Várzea” dominava, pois, todo o território da Paraíba e as instituições governamentais estavam sobre as suas ordens. As ações tomadas pelo “Grupo Várzea” não eram

1 “Até o começo da década de 1990, havia um grupo de fazendeiros, formado pela família Ribeiro Coutinho (dona da maior parte das usinas que se localizavam na Várzea e no litoral) e pela família Velloso Borges, denominado ‘Grupo da Várzea’, que dominava o poder político, econômico e policial de grande parte da Paraíba. A esse grupo, é atribuída boa parte da repressão que atingiu os camponeses durante a existência das Ligas Camponesas e pós-ditadura militar nas manifestações organizadas pelo MST e CPT”. MITIDIERO (2008 p. 265)

2 Fundador das Ligas Camponesas em Sapé-PB.

realizadas secretamente, eles reuniam-se entre os seus, organizavam os atentados/ assassinatos e direcionavam os capangas e a força do Estado. Assim, o campo paraibano tinha uma liderança, que por sua vez não podia ser questionada.

O assassinado de João Pedro Teixeira foi encomendado por Aguinaldo Velloso Borges. Elizabeth lutou para que os mandantes do crime fossem punidos, indo denunciar em jornais da época e na justiça, durante o seu depoimento apontou os nomes das pessoas responsáveis pelo atentado. O caso ganhou uma proporção nacional e mesmo com os esforços locais para que o crime não fosse apurado, os mandantes foram condenados, contudo o Velloso Borges não chegou a ser preso.

Elizabeth denuncia como funcionou o esquema.

Ele foi protegido pelo manto da imunidade parlamentar [...] Eu não me esqueci, porque imunidade é bem parecido com impunidade. O que aconteceu foi uma vergonha. Com o perdão da palavra, foi malandragem desavergonhada. Imagine só o Aguinaldo Velloso Borges era o quinto suplente de deputado estadual. Foi preciso que um deputado estadual pedisse licença e mais quatro suplentes fizessem o mesmo, para que ele assumisse como deputado. (ROCHA 2002. p. 120)

Compreendendo a conjuntura política e a formação territorial, a qual encontrava-se o cenário paraibano, observa-se que o campo foi regado com sangue dos camponeses trabalhadores e com a impunidade do “Grupo Várzea”.

Fernandes (2013 p. 05), fala que “[...] quem determina a política define a forma de organização dos territórios”, esse fato ocorre devido a instrumentalização do território, onde quem define as relações de políticas e de desenvolvimento, são os latifundiários. As definições são formuladas para manter o controle e subordinação, para isso, também, são utilizados os órgãos governamentais.

A luta realizada por Elizabeth e Margarida girava entorno de pautas que iam contra as configurações territoriais determinadas pelas oligarquias locais. Quando passaram a modificar o cenário local, lutando e mostrando os direitos dos trabalhadores, colocaram em legitimidade a pauta camponesa, sendo essas: a redução da carga horária de trabalho, direito ao décimo terceiro, carteira assinada, receber o salário em dinheiro, estabilidade onde o trabalhador morava, pagamento das benfeitorias quando o trabalhador deixasse a terra, indenização por tempo de serviço e descanso semanal. Essas pautas causaram aversão aos grandes fazendeiros, pois os camponeses não podiam possuir direitos judiciais legais.

O campo tornou-se ainda mais violento, enquanto líder das Ligas Camponesas de 1962 até 1964, Elizabeth tornou-se referência em uma proporção

de macroterritório, chegando a reunir-se com Ernesto Che Guevara em Cuba e com o ex-presidente João Goulart, fazendo denúncias contra as injustiças cometidas no campo e levantando a pauta de luta. Nesse momento, Elizabeth compreendia exatamente a relação entre a classe trabalhadora e o grande fazendeiro, chegando a afirmar que “A nossa luta estava ligada à nossa necessidade de sobrevivência. Só havia dois caminhos pra os camponeses: **continuar escravizados e morrer de fome**<sup>3</sup> na beira da estrada ou **lutar**”. (ROCHA 2016 p. 138). Com essa consciência emancipatória sobre a alienação do trabalho, e mesmo recebendo olhares inquisidores de homens que a chamava de “sem vergonha”, afirmando que o seu local era dentro de casa com os filhos e não se “metendo” na política, manteve-se firme, pois sabia que o seu lugar era lutando.

Sob a sua liderança as Ligas Camponesas de Sapé-PB, contou com cerca de 12 mil associados e teve uma grande expressão nacionalmente. Esse fato intensificou ainda mais as investidas violentas das oligarquias locais e enquanto viajava para as gravações do filme “O cabra marcado para morrer”, teve a sua casa incendiada pelo exército e os seus filhos quase foram queimados juntos, pois os soldados questionaram se mataria as crianças ou não (ROCHA 2016). Com o golpe militar de 1964, Elizabeth Teixeira foi presa e torturada, passando dois meses e vinte e quatro dias presa. Só teve liberdade, pois não conseguiram enquadrá-la em nenhum artigo da Lei de Segurança Nacional, contudo, recebeu ameaças, de que seria presa novamente.

Diante da repressão oriunda do latifundiário e do Estado, foi forçada a fugir levando consigo apenas um filho, vivendo por muito tempo no Rio Grande do Norte, no município de São Rafael, com o nome de Maria Marta. A violência modificou a vida de Elizabeth, tomando de si a convivência do seu marido e dos seus filhos, jogando-a na precarização, foi dada como morta durante anos, devido a esse fato os seus filhos não foram mais incomodados pelo Estado. Retomou a sua identidade apenas quando a ditadura militar acabou.

Margarida Maria Alves tinha uma postura firme, teve sua formação política com base no trabalho e no Sindicato dos Trabalhadores Ruais (STR), obtendo uma consciência emancipatória forjada na luta. De acordo com Rodrigues (2018) Margarida não atuou apenas no sindicato, a sua luta também era voltada para uma educação popular e emancipadora, por acreditar que através dela ocorreria a transformação social.

---

3 Grifo do autor.

Engajou-se com Serviço de Educação Popular (SEDUP), almejando a construção de uma educação voltada para a formação da massa trabalhadora, buscando uma consciência de classes, entendendo que o camponês precisa compreender as estruturas que os cercam, que a força do seu trabalho não deve ser apropriado pelos grandes fazendeiros (RODRIGUES 2018). Por isso a importância de formar militantes no campo, para que eles questionem e lutem contra apropriação indevida da sua força de trabalho.

A participação de Margarida era ativa, chegando a ir em sítios junto com os educadores do SEDU. - Rodrigues (2018 p. 64) traz na sua narrativa, relatos dessas ações: - “A Margarida participava com a gente para difundir a educação popular em Alagoa Grande que era um território dominado pelo grupo várzea, Agnaldo Velloso Borges, onde ele atuava nessa linha”.

Podemos perceber que Margarida lutou contra as oligarquias em todas as esferas que conseguiu alcançar. Ainda de acordo com Rodrigues (2018 p. 56) “Ela dizia aos camponeses: vocês são os braços dos patrões, a riqueza deles quem produz são vocês. Sem o trabalho de vocês eles não fazem nada, eles não têm nada”. - Essa era a consciência emancipatória que ela almejava conquistar, mostrar aos trabalhadores a força que eles possuíam. O seu nome cresceu dentro da Paraíba e posteriormente no âmbito nacional, quando houve a intenção da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba, o nome de Margarida foi levantado pelos dirigentes, como a cara do partido, existia a intenção de lançá-la como candidata a vereadora, contudo a mesma recusou, pois a dominação machista – representada pela figura do marido, não permitiria.

Os relatos contidos na tese de Rodrigues (2018) trazem ainda que Margarida filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), por pressão do seu esposo, mesmo discordando do coronelismo inserido no partido. Não pontuarei os outros possíveis motivos que a levaram a tomar essa posição e nem o posicionamento político do seu esposo, pois a base do desenvolvimento do estudo é compreender as barreiras encontradas e os cortes de cercas rompidos pelas mulheres paraibanas. Mas observamos aqui, que mesmo com a consciência voltada para emancipação, tendo como conhecimento a classe que estar inserida, Margarida ainda seguia as posturas tomadas pelo seu companheiro.

Esse fato demonstra o quanto a cultura machista se faz vigente na vida das mulheres e como o processo de rompimento com essa estrutura é lento, a emancipação é contínua formulada na luta. Margarida foi uma mulher que levantou

bandeiras de luta, mas estava inserida em uma sociedade enraizada com padrões machistas, onde muitas pessoas que lutam por igualdade no campo, reproduzem desigualdade de gênero. Logo, ela carregava consigo estigmas a qual foi ensinada a seguir, como a sua mãe, suas avós, outras mulheres da sua família e por mulheres que estavam ao seu redor.

Por mais que não tenha levantando uma pauta específica sobre a luta da mulher no campo, a presença de Margarida enquanto presidente do STR durante 12 anos e a projeção que ganhou no macroterritório, inspirou outras mulheres a entrarem na luta. Durante a sua atuação como presidente do STR de Alagoa Grande-PB, destacou-se, por fazer uma verdadeira luta pelas questões trabalhistas, encaminhando cerca de 71 ações judiciais em defesa dos trabalhadores no brejo paraibano. Esse fato a diferenciava dos demais presidentes sindicais, pois esses eram suscetíveis aos grandes fazendeiros, construindo acordos desfavoráveis aos trabalhadores e encaminhando apenas ofícios ao governo (RODRIGUES 2018).

Os processos judiciais movidos contra as oligarquias e a movimentação gerada pelo trabalho realizado por Margarida no campo (é importante salientar que a sua atuação ocorreu durante a ditadura militar), despertou a inquietação do “Grupo Várzea”, principalmente o Velloso Borges, que mais uma vez “encomendou” a morte de outra liderança, no caso a de Margarida. O seu assassinato ocorreu durante o período de articulação para a campanha salarial, onde reivindicava férias, 13º salário e carteira assinada, chegando a discursar abertamente contra os grandes fazendeiros informando que fez denúncias ao ministério de trabalho e à polícia, mostrando provas inquestionáveis, em seu discurso levantou a pauta dos trabalhadores e deixou claro que a conquista por direitos é feita através da luta.

Nos relatos de Rodrigues (2018) a execução de Margarida ocorreu três meses depois do seu discurso e infelizmente antes da deflagração da greve, em 12 de agosto de 1983 foi assassinada em sua casa na frente do seu filho, que na época possuía apenas oito anos de idade. A modificação no território causado por Margarida teve como resposta o ato extremo da violência por parte dos latifundiários. Após sua morte Margarida sofreu com a omissão oriunda da parcialidade do Estado, uma vez que o mesmo deu brechas para que nem todos os fazendeiros envolvidos no plano do assassinato fossem incorporados no processo criminal e posteriormente todas as pessoas envolvidas no crime foram absolvidas.

A partir das análises levantadas nesse capítulo, podemos compreender a força da luta movida pela mulher, representadas aqui por Elizabeth Teixeira e

Margarida Maria Alves que construíram caminhos com o viés voltado para a formação do trabalhador através da luta. Os exemplos deixados pelos seus legados germinaram a terra, dando voz as trabalhadoras e camponesas, mostrando que a política e o movimento que luta pela democratização da terra, também é um espaço para as mulheres. As sementes seguem brotando e os seus nomes continuam sendo replicados na história e na luta.

## **CAPÍTULO 2. O OLHAR DA MULHER ASSENTADA DIANTE DA LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO SISTEMA PATRIARCAL**

No capítulo anterior foi discutido o processo histórico que leva a reafirmação do sujeito político, a entrada das mulheres como lideranças e o despertar da consciência emancipatória, gerada através da luta. Nestes pontos foram trilhados caminhos, para a construção de um pensamento emancipatório e a retomada do território de si. Nesse breve capítulo abordaremos a vivência e as limitações encontradas pelas mulheres assentadas, ponto importante para a análise sobre o seu desenvolvimento e o atual contexto.

Para isso, retomaremos a narrativa de Dona J. uma mulher assentada. Buscando compreender os empecilhos gerados pela precarização, trazendo o seu olhar para o pilar da discussão desenvolvida nesse momento, analisando como a falta de investimento em políticas públicas, tem por consequência a limitação do seu crescimento dentro e fora do assentamento.

Coordenadora da escola Zumbi dos Palmares e residente do Assentamento, possui como renda, além do vínculo escolar, o sustendo retirado do lote que administra. Construindo o desenvolvimento da produção voltada para a agroecologia – prática aplicada como política dentro da escola – uma pequena criação de galinhas e abelhas. Na figura 03 observamos a produção de Dona J, com a plantação de macaxeira, duas caixas de abelhas, o pequeno galinheiro e uma cisterna onde é retirado a água para a irrigação.

Figura 03: Lote de Dona J.



Arquivo: Jordana Nascimento, 12 de setembro de 2018

Por estar inserido em uma sociedade com princípios patriarcais, o Assentamento. Zumbi dos Palmares reproduz o reflexo da cultura dominante, com a figura masculina no centro da política, passando a configurar o microterritório de acordo com a interação social e cultural que foi ensinado a seguir. Assim a propriedade privada é tida como território do homem, então ele concentra o poder em suas mãos, isso quer dizer, que ele modifica todo o espaço a sua maneira, e a mulher sendo encarada pela sociedade como objeto ou algo que deve ser dominado, torna-se território do homem, pois o mesmo passa a modificá-la a sua maneira, impondo a sua força, tanto física como através de pensamentos e comportamentos. Neste sentido, a autora Saffioti (2015, p. 76) afirma que

Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico. (SAFFIOTI. 2015, p. 76)

Para melhor compreender essa abordagem a autora Sylviane Agacinski (2009), afirma que a mulher é fabricada pela história, enclausurada em um papel convencional, obrigada a submeter-se à condição de objeto e à passividade que a sociedade lhes impõe. Mas por trás dessa mulher fabricada existe uma segunda mulher natural, “que *já é alienada*”. O fato de serem vistas como inimigas, até certo ponto pelos homens, apenas pelo fato de serem mulheres, as colocam em uma

posição inferior na pirâmide hierárquica, logo são vistas como uma classe a ser dominada e explorada de todas as formas possíveis.

A absorção dessa estrutura, condiciona as assentadas a reproduzirem ações, que por muitas vezes são machistas. De acordo com a narrativa de Dona J. a escola junto com o assentamento, buscou discutir a questão de gênero abordando o feminismo e empoderamento. Essa ação, ocorreu com uma professora que foi ao Assentamento aplicar palestras sobre a temática. Contudo, as mulheres assentadas foram para a primeira palestra e não quiseram mais ir a outras, pois segundo elas, a professora estava “impondo” que elas não poderiam mais servir o “cafezinho” do seu marido, cozinhar e realizar as tarefas domésticas.

No decorrer da entrevista percebemos que houve uma “falha” na comunicação entre a professora e as assentadas sobre o que é gênero, feminismo e empoderamento. Essa discussão não se trata das mulheres deixarem de realizar as suas atividades dentro do microterritório, mas de construir o entendimento que não podem ser obrigadas a desenvolvê-las por imposição dos seus companheiros. Não adianta chegar no campo com um discurso que não faz parte do cotidiano, a narrativa feita por Dona J. sobre o modo como esses temas foram abordados demonstra que, por muitas vezes a linguagem acadêmica é excludente.

A professora que ministrou as palestras possui o entendimento acadêmico sobre o processo de alienação, no qual a mulher é submetida e de como o empoderamento é importante para a emancipação delas, entretanto a sua realidade está inserida em uma escala geográfica/territorial diferente das mulheres assentadas. García (2002 p. 10) faz observações em que “O enfoque do empoderamento das mulheres [...] enfatiza o fato de que as mulheres experimentam a opressão de maneiras diferentes de acordo com a sua raça, classe história e posição atual na ordem econômica internacional”, desse modo, salientamos a importância de entender a história e o contexto das trabalhadoras assentadas, para a partir daí construir um diálogo de acordo as suas necessidades.

As configurações territoriais estão alinhadas com o fator social, cultural e político, por consequência disso a figura da mulher encontra-se em um contexto espacial e territorial onde é subjugada, considerada uma condição cultural difusa, onde não é representada, (BUTLER 2015). Partindo desse pressuposto, a mulher não era/é vista como capaz de pensar por si própria, passando a ser um sujeito à margem das decisões políticas, dentro do movimento que busca a democratização da terra e dos assentamentos, mesmo participando ativamente no processo de

ocupação e de resistência aos ataques do Estado capitalista, impregnado nas instituições que dão aval para a violência no campo.

Esses fatores, colocam a mulher sobre as regras e limites impostos no território do homem. Na contribuição sobre a relação de poder e configuração de território, Fernandes (2005 p.25) afirma que “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. A partir dessas relações existentes no microterritório, a figura do homem tem o livre acesso em seu território, enquanto a figura da mulher fica restrita a realizar devidas atividades que foram atribuídas através de imposições do homem.

A construção da sociedade sobre esses pilares, que limitam e empurram ainda mais as mulheres para a precarização, tem como principal consequência a repressão. Durante as entrevistas destinadas para conhecer a história da formação do Assentamento Zumbi dos Palmares, foi possível perceber a timidez e o receio de narrarem como houve a ocupação, elas olham para o companheiro e falam que ele contaria melhor e logo depois retiram-se do centro da discussão. Dona J. conta que, os traumas definem a personalidade das mulheres, podendo, em alguns casos baixar a autoestima e limitar as suas ações dentro do assentamento.

Com essa narrativa concordamos mais uma vez com a autora Saffioti (2015 p. 37), quando afirma que, “As mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder”, como se pôde observar no fato de se retirarem do centro da discussão ao abrir mão de contar como houve o processo de formação do Assentamento., demonstra que essa atitude é implementada em outras ações. O fato dos traumas causados e carregados durante as suas trajetórias, tende a naturalizar a exclusão política das mulheres.

A realidade da mulher do campo assentada, segundo Dona J. também é afetada pelas limitações físicas que atrapalham o seu desenvolvimento dentro do assentamento e de ter acesso às universidades. Entre as limitações estão: os filhos; falta de ônibus; chegar tarde em casa e a pressão que os companheiros despejam sobre as mulheres que buscam crescer academicamente, colocando em xeque todas as obrigações domésticas destinadas para manter a estrutura familiar, que é imposta socialmente.

Diante das pontuações realizadas no decorrer do estudo, sendo essas as narrativas levantadas e a construção de uma análise sobre o contexto histórico da formação de territórios contraditórios e conflituosos, entendemos que as configurações sociais sobre o pilar do patriarcalismo, tende a marginalizar a figura

feminina e as colocam na precarização, ampliada pela falta de apoio do Estado para o seu crescimento enquanto indivíduo político.

O direito de acesso à terra às mulheres, concretizou-se a partir de ações por elas organizadas. O acesso à terra foi usurpado durante muito tempo às mulheres, conforme nos aponta a autora Carmen Diana, (2002, p. 130) “não era incomum para as mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem o seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária”, esse quadro modificou-se apenas com a Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>, onde a mulher passou a ter direito sobre a posse de terras destinadas a reforma agrária, sendo ela independente da sua condição civil.

Contudo, essa conquista não democratizou o acesso como titular da terra, acarretando uma nova organização com pautas semelhantes e diferentes a serem levantadas. Em 2003 foi introduzida uma nova portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra nº 981/2003), efetivando a obrigatoriedade da titulação pelos lotes de assentamentos serem feitos de forma conjunta. Essa conquista só ocorreu devido a organização das mulheres na Marcha das Margaridas<sup>5</sup>, de acordo com Butto e Emmanuela (2008). Recorremos mais uma vez a Butler, para entender como as manifestações organizadas pelas mulheres são importantes para denunciar as estruturas que são impostas,

Podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precaridade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performatividade – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis. (BUTLER p. 31)

Percebe-se que todo avanço relacionado aos direitos das mulheres é conquistado através de lutas e rompimentos com padrões convencionalmente aceitos pela sociedade. A figura da mulher só é vista em “pé de igualdade” quando não há uma consolidação de um território fixo, pois se ver a necessidade da mulher na linha de frente na luta pela terra, participando de assembleias e ocupações na esfera política. Segundo Maria García (2002): “A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observando nos acampamentos, perde

---

4 Artigo 5º, I: Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. Artigo 226, Parágrafo 5º: Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher.

5 A marcha das Margaridas, carrega esse nome em homenagem a história de vida e luta de Margarida Maria Alves.

significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita.” Continua García:

O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torna menos participativas, se isso ocorre deve-se as barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta. (GARCÍA 2002, p. 14)

A perspectiva de Garcia voltada para o estudo de gênero no meio agrário ajuda a compreender que esse quadro muda quando o acampamento consolida-se em um assentamento, pois a partir desse processo ocorre a fixação em um território, logo, inicia-se uma relação de poder onde a mulher perde espaço em um território de luta, passando a ocupar apenas o microterritório sendo forçada a deixar o espaço político para a figura masculina, gerando um conflito de classe e gênero dentro dos assentamentos rurais.

Compreendemos, portanto, que a discussão sobre os processos territoriais enquanto corrente teórica para entender a luta da mulher pela democratização da terra e por emancipação, sob o ponto de vista da divisão entre as classes, logo entre os gêneros, é uma das formas de defender o rompimento das estruturas capitalistas nas relações sócias. Esta corrente nos faz olhar e questionar os padrões territoriais oriundos das relações de poder, culturais e de dominação social patriarcal.

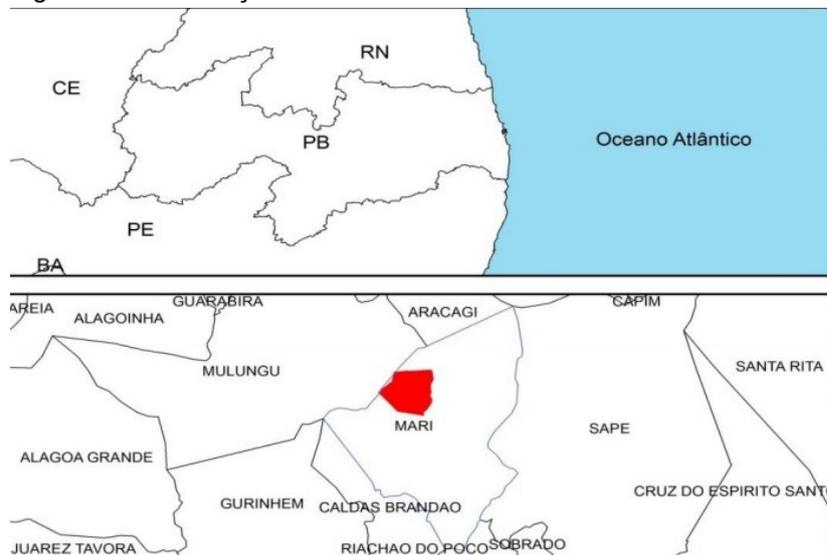
### **CAPÍTULO 3 – O ESTUDO DE CASO DA LUTA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES FRENTE A REPRESSÃO DO ESTADO E DA FAZENDA CAFUNDÓ.**

A discussão sobre território possui uma grande abrangência, com autores e autoras que discutem a apropriação/formação do espaço e a sua transformação em territórios, sendo estes: territórios formados através de delimitação territorial, ou territórios oriundos das relações sociais, culturais, políticas, econômicas, ciberespaços (FERNANDES 2005). Esta pesquisa abordará o território sob a perspectiva do autor Bernardo Mançano Fernandes (2005), visando compreender as estruturas socioterritoriais cujas relações sociais entre os indivíduos configuram territórios, fazendo uma ligação com a formação de territórios construídos através das relações de poder.

Para compreender melhor como as configurações territoriais interferem no meio rural, foi realizada uma intermediação entre teoria e prática. A teoria se dá nas abordagens de autores que discutam a formação de territórios e também levantam a questão agrária no Brasil. Para a parte empírica, a análise foi realizada através de relatos de campo realizados nos dias 12/09/2018 e 13/04/2019, no assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB. Também foi abarcada a aula ministrada pelo militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e camponês G., residente no Assentamento Zumbi dos Palmares (figura 04 de localização), realizada no dia 06/04/2019.

As análises foram realizadas objetivando entender, através dos pontos levantados, como o assentamento estudado encontra-se atualmente, como as configurações territoriais oriundas das relações de poder geram espaços desiguais e conflituosos. A parcialidade do Estado, sobre os cortes destinados às políticas públicas destinadas à reforma agrária, implementadas pelos governos, entre os anos de 2016 à 2020, possui como caráter a construção da precarização enquanto política de “desenvolvimento”, colocando em xeque o desenvolvimento do assentamento.

Figura 04: Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: LOURENÇO, Nielson Polucena. 2014

A questão agrária é ampla em seu significado e na abrangência de objetos de estudo. Aqui optou-se pela delimitação dada por João Pedro Stedile (2011, p. 15) quando define “o conceito de ‘questão agrária’ como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. O campo

brasileiro é cercado por contradições, disputas por terras e diferença entre as classes, muitas vezes existindo uma dominação do fazendeiro sobre o camponês, este tendo o espaço delimitado por aquele, objetivando manter a submissão e uma mão de obra barata. Para o autor Caio Prado Jr (2014) a questão agrária está diretamente ligada com a relação de trabalho -

A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; e, em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão de obra barata indispensável de que necessita. (PRADO JR 2014, p. 317)

Esse fato mostra que a desigualdade no campo é necessária para manter o modo econômico capitalista, pois para que o sistema se mantenha firme é importante manter as relações de classes bem acentuadas.

Na aula ministrada pelo Militante/Camponês G., foi possível compreender a dinâmica do campo através do olhar camponês. Ele construiu a análise mostrando o modo como o fazendeiro utiliza a terra, que é de maneira exploratória, pois segundo o mesmo, o olhar do latifundiário sobre a terra gira em torno do lucro, ou seja, ele a vê como um lugar de produção de meras mercadorias.

Exemplificando essa análise, temos o antigo proprietário do assentamento estudado, Laureano Casado da Silva, que arrendava parte das terras sem preocupar-se com o modo que ela seria utilizada, visando apenas o lucro sem realizar investimentos. As terras da antiga Fazenda Cafundó também eram direcionadas para a plantação das culturas canavieiras e a do fumo, esse fato gerou como consequência a degradação de parte do solo, devido à grande quantidade de tempo que foi utilizada para esses fins. Como a lógica do capitalismo, seguida pelo latifundiário, é extração da matéria prima buscando o lucro e a transformação da terra em mercadoria, não existe uma consciência que almeje a preservação da terra como recurso natural.

Com o intuito de lucrar e investir pouco, o fazendeiro busca a manutenção do sistema, interferindo diretamente na relação de trabalho o que acarreta na superexploração da mão de obra do trabalhador rural. O camponês G. também levanta a utilização de produtos tóxicos para manutenção da plantação, tanto para que ela cresça mais rápido, como para exterminar as pragas. Ressaltando que os produtos tóxicos e contaminam o solo, a comida e coloca em risco a fauna e flora do ambiente, além de colocar em risco a vida do trabalhador e dos camponeses que

residem próximos as grandes propriedades, uma vez que os tóxicos também podem ser lançados através de aviões sem preocupação com as comunidades vizinhas.

Em contrapartida às práticas do fazendeiro, os camponeses utilizam a terra com uma outra perspectiva. Ainda segundo o depoimento de G. “O camponês vê a terra como um espaço de vida, onde se busca uma harmonia com o ambiente e uma coletividade entre os indivíduos”. Visando construir uma soberania alimentar brasileira, tornando possível a produção de alimentos sem a utilização de produtos tóxicos que prejudiquem o meio ambiente e a vida do trabalhador rural, além de almejar a democratização das terras.

A posse e a má utilização terra mostra a desigualdade em que se encontra a questão agrária brasileira. Essa desigualdade gera inúmeros conflitos violentos em torno da terra. Os principais atores da questão agrária, trabalhadoras e trabalhadores sem-terra e latifundiários, acabam entrando em litígio, produzindo uma verdadeira luta de classes<sup>6</sup>, por inúmeros fatores, dentre as quais se destaca a seguinte: a parcialidade do Estado. Os grandes latifundiários estão amparados “pelo braço repressor do Estado representado pela polícia especialmente nos processos de reintegração de posse das áreas ocupadas” (LIMA; AMORIM; THOMAZ JR. 2008, p. 6). Quando o grande fazendeiro sente uma ameaça, aciona o Estado, que o “socorre” buscando legitimar as suas ações para a manutenção do poder.

Ayala Rocha traz na biografia de Elizabeth Teixeira a narrativa de como o latifundiário age para continuar com o poder concentrado,

[o] latifundiário ignora tudo que reconhece os direitos dos seus empregados, a legislação trabalhista, o Estatuto da Terra, dentre outras questões. O que não lhe trazia vantagem não interessava. E o que poderia trazer prejuízo não entrava em suas terras”. (ROCHA. p. 79)

A lei da “chibata” e do “patrão” era e ainda é aplicada livremente em grandes fazendas com o aval do Estado, uma vez que este pouco faz para combater essas ações violentas. Pelo contrário, o latifundiário atua apropriando-se das formas de poder, seja através da estrutura política tornando-se um membro do parlamento, integrando a “bancada do boi<sup>7</sup>, da bala e da bíblia”, interferindo nas configurações

6 O conceito de luta de classe foi desenvolvido através do pensamento do filósofo alemão Karl Marx, onde ele constata que “opressores e oprimidos estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.” (ENGELS; MARX. 2008, p.8).

7 A chamada bancada BBB – “boi, bala e Bíblia”, coalizão de representantes do agronegócio, da linha dura na segurança pública e do fundamentalismo cristão. Fonte Brasil de Fato, 2019. Acessado em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatro-anos>.

dentro do Estado, moldando a estrutura do macroterritório, passando a legitimar as suas ações violentas.

Dentro desse contexto ocorre a parcialidade por parte do Estado brasileiro. – O MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, acabam ficando em uma situação de dificuldade.

Nas palavras de Lima, Amorim e Thomaz Júnior (2008, p. 7): “A partir do processo de precarização dos assentamentos e acampamentos e do próprio trabalho dos agricultores surgem os conflitos entre as classes no campo seguidos pela violência.” A desigualdade, encarada aqui como um projeto de governo, encontrada entre os trabalhadores, assentamentos/acampamentos e latifúndios, gera conflitos que põem em questão a utilização e distribuição das posses de terras.

Para Fernandes (2005), o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Sendo essas relações ligadas diretamente com o modo de produção capitalista. Com a má distribuição de terras no Brasil colonial, a concentração de terras nas mãos de poucos é resultado das ações daqueles governos cujo favorecimento foi direcionado às elites coloniais, transformando a terra em mercadoria, expulsando o povo da terra e submetendo-os a trabalhos escravos. Assim, é possível compreender os processos sociais e culturais, que constroem os principais pontos na composição da questão agrária brasileira e ocasionam os conflitos no campo.

A dominação e o controle social gerada pela parcialidade governamental, tem como reflexo as configurações territoriais baseadas nas relações de poder desenvolvidas no espaço. Para adensar essa discussão o autor Marcos Aurelio Saquet (2015 p,34) afirma que, “As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”. Logo o controle determinado sobre a dominação da posse da terra, concentra não apenas o território material, mas sobretudo, nas relações sociais desenvolvidas no imaterial. O poder efetiva-se nessas duas esferas, circulando entre o Estado e os órgãos governamentais.

O Assentamento Zumbi dos Palmares durante o processo de ocupação da Fazenda Cafundó, passou por repressões oriundas do Estado e pelas mãos do proprietário. A decisão de ocupar essa propriedade teve como origem, quando os trabalhadores e militantes do MST tomaram conhecimento sobre as irregularidades que as terras possuíam no ano 2000. Segundo os relatos recolhidos na aula de

campo, realizada no dia 13/04/19, as terras foram destinadas a reforma agrária por não cumprir com 65% da função social<sup>8</sup>, sendo encaminhadas pelo INCRA.

O latifundiário recorreu/acessou o Estado para que defendesse os seus interesses, no caso o poder sobre a terra, o mesmo respondeu ao chamado enviando cerca de 200 policiais, para o acampamento com o objetivo de realizar o despejo das 60 famílias, salientando que a ocupação foi realizada por homens, mulheres e crianças fato que não impediu a violência da polícia. No total os acampados sofreram dois despejos com o aval do Estado.

Posteriormente, com a derrota do latifundiário judicialmente em setembro de 2002, o INCRA emitiu o termo de posse da terra para os acampados. O fazendeiro não satisfeito, recorreu contra a decisão na justiça obtendo na 2ª vara agrária de Pernambuco a retomada do título das terras. A parcialidade dos órgãos governamentais, pendendo para o latifundiário, decretando a derrota judicial dos trabalhadores e militantes do Assentamento Zumbi dos Palmares, demonstra até onde o Estado buscou legitimar as suas ações, através de meios legais para sustentar a relação de poder configurada na escala rural da Paraíba. Ressalta-se que a terra possuía irregularidades e era considerada improdutiva.

O autor Fernandes (2013 p. 04), fala que o “conceito de território passa a ser instrumentalizado pelos órgãos governamentais, com o objetivo de defender os interesses”, assim tendo como objetivo a dominação social nas comunidades rurais. As ações direcionadas para o fim da ocupação e expulsão dos trabalhadores e camponeses, não enfraqueceu a organização do movimento, a ocupação manteve-se firme em resistência pelo direito a terra.

A partir desse momento os camponeses passaram a lidar com a violência oriunda da milícia<sup>9</sup> sobre a ordem do fazendeiro. Segundo os relatos dos assentados em 2003 o acampamento sofreu um atentado violento, os milicianos, cerca de 25 pessoas, invadiram o acampamento, no período da noite tocaram fogo em 20 barracos, saquearam, ameaçaram e levaram vários eletrodomésticos. Felizmente não houve vítimas, pois o acampamento possui uma organização para realizar a vigilância. Ação necessária para a sobrevivência das famílias acampadas, pois

---

<sup>8</sup> De acordo com a constituição “Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei. Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.”. Na insistência dessas ações a terra passa a ser desapropriada. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504compilada.htm).

<sup>9</sup> Milícia são grupos armados de pessoas, geralmente com formação militar, paramilitar ou policial, que atua à margem da lei em algumas comunidades carentes.

segundo as narrativas recolhidas esse momento teve a intensificação da violência, as pessoas tinham medo de “dormirem e não acordarem”.

A organização interna do acampamento para a segurança, era dividida em grupos que faziam rodízios entre o turno da manhã e da noite. Os trabalhadores permaneciam em pontos estratégicos esperando a presença do “inimigo”.

Ainda de acordo com as narrativas, quando o grupo de vigilância notou a presença dos milicianos tocaram um instrumento chamado cachorra (Na figura 05 temos a imagem do instrumento) para alertar os demais companheiros e companheiras.

Figura 05: Instrumento estratégico de defesa dos acampados, Cachorra.



Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 13 de maio de 2019

A cachorra é um nome dado a algum instrumento que emita qualquer tipo de som alto, no caso do acampamento estudado ela é representada por um extintor (como pode ser observado na figura 02). A cachorra, faz parte da organização dos acampamentos e assentamentos, serve para alertar sobre perigos quando recebe mais de quatro batidas, para convocar reuniões com 2 batidas e as assembleias tendo 3 batidas para planejar os passos a serem trilhados pelos militantes. A repressão vinda através do fazendeiro resultou na expulsão de aproximadamente 40 famílias que deixaram a ocupação fugindo da violência.

Mesmo diante desse contexto conflituoso, com os processos desiguais no campo e as contradições do sistema capitalista, o movimento que luta pela soberania camponesa, permaneceu firme e o acampamento teve a sua consolidação decretada em 2004. O INCRA realizou uma nova vistoria nas terras, após esse trabalho emitiu um novo documento de posse para o Assentamento. Zumbi dos

Palmares. Hoje, possui 85 famílias e aproximadamente 750 pessoas residindo nele. Cada família conta com 8.5 hectares para a plantação.

Com o termo de posse em mãos o Assentamento deu início a uma cooperativa e a realização da correção dos solos, com calcário e esterco de boi. Esse trabalho foi implementado devido a degradação gerada durante anos, com as culturas intensivas sem levar em consideração a saúde dos solos.

A agroecologia faz parte da construção política do Assentamento, sendo desenvolvida em conjunto com a Escola Zumbi dos Palmares, buscando desenvolver a soberania alimentar. De acordo com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)

Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas<sup>10</sup>

Segundo esses apontamentos o Assentamento tem em sua organização para a produção de alimentos, a implementação do respeito a manutenção do solo e a biodiversidade da área. Com a produção de diferentes culturas, como por exemplo, a plantação de hortaliças, verduras, frutas, feijão, macaxeira, milho inhame, entre outras. As produções são desenvolvidas em lotes individuais, como pode ser observado na figura 06, e em uma horta comunitária inserindo cerca de 25 famílias, essas fazem o revezamento para a manutenção do cultivo. A figura 07 mostra como o corre a organização das culturas plantadas. A partir dessas imagens podemos observar como um bom planejamento voltado para a vida desenvolve bem uma plantação sem o uso de agrotóxicos e sem agredir o meio ambiente.

Figura 06: Horta individual



Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 13 de maio de 2019

Figura 07: Horta comunitária

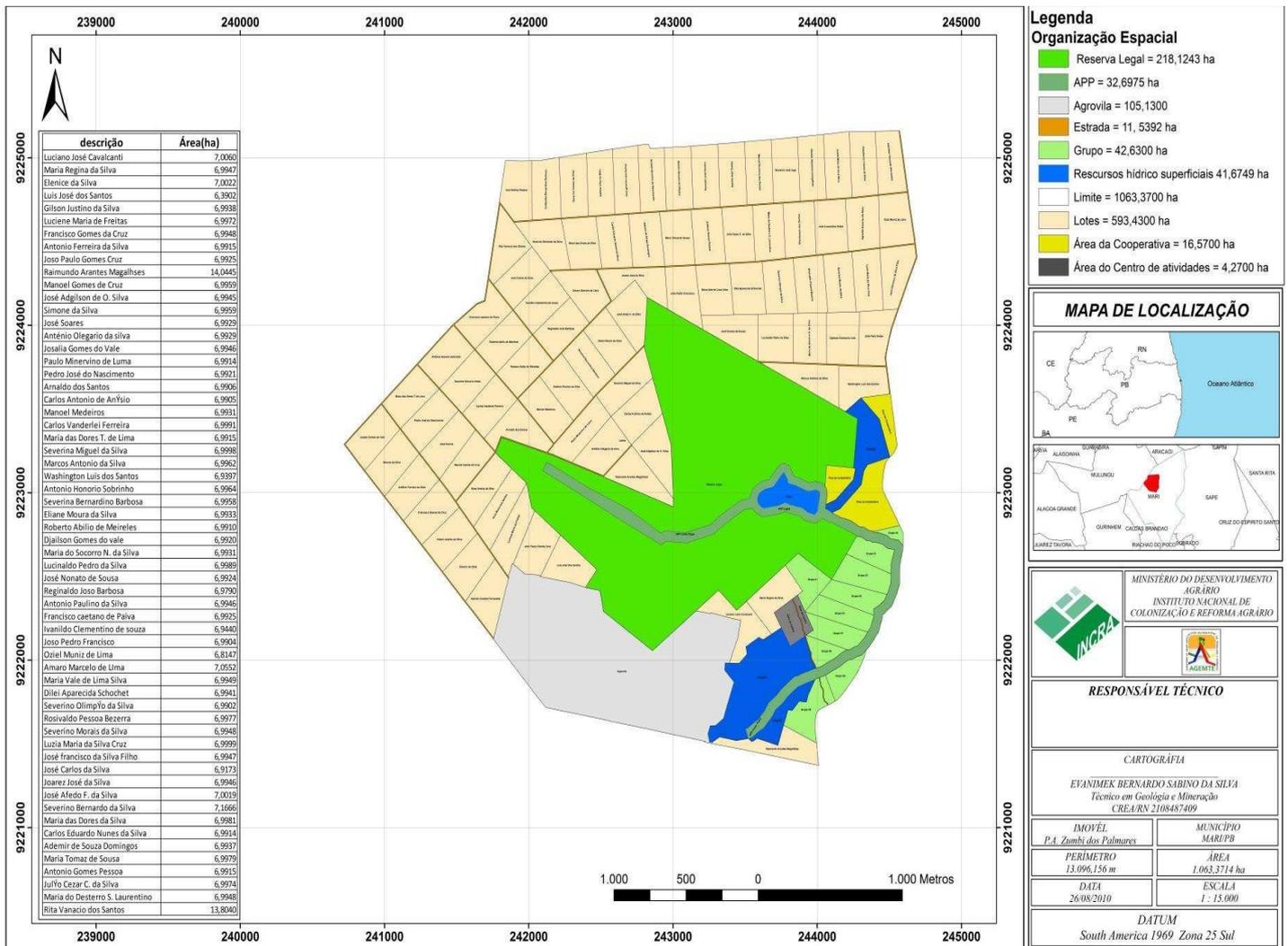


Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 13 de maio de 2019

10 <https://mpabrasil.org.br/artigos/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>

O Assentamento Zumbi dos Palmares possui um açude que é de acesso comum, 84 poços, irrigação (essa atividade só é utilizada por alguns assentados, tendo em vista o alto custo). Com a produção voltada para o olhar agroecológico, a preservação da vegetação é defendida entre os trabalhadores assentados, mesmo havendo divergências dentro do Assentamento. sobre a sua manutenção, pois há trabalhadores que defendem a sua retirada para aumentar a área de cultivo. Hoje a área de preservação legal é de aproximadamente 218,125 hectares, contando também com a preservação da nascente do Rio Miriri, braço do Rio UNA. Mapa da organização do Assentamento. Mapa 02.

Mapa 02: Organização do Assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: LOURENÇO, Nielson Polucena. 2014

Atualmente a sua movimentação econômica e o desenvolvimento, vem sofrendo com cortes destinados aos projetos com destino à reforma agrária. Foram

retirados projetos de políticas públicas, com finalidade de prestar assistências técnicas aos assentados, o Assentamento deixou de ter técnico agrícola, engenheiro agrônomo, veterinário e investimento para as plantações. Uma assentada a Dona G. chegou a perder a plantação de uva por decorrência dos cortes. A falta de uma política pública pensada para o desenvolvimento dos assentamentos, expõe o trabalhador a situações desfavoráveis frente ao mercado, tornando complicada a negociação para a venda dos seus produtos.

Utilizaremos como exemplo, o local de estudo, esse possui a produção de macaxeira embalada a vácuo, beberemos mais uma vez das narrativas dos assentados, segundo o militante – o Assentamento chega a produzir cerca de 20 caminhões da macaxeira por semana, além de outras culturas. Contudo, esse fato não significa que o lucro será alto, por não existir um projeto que inclua essas produções diretamente no mercado, os trabalhadores, por consequência, tornam-se “reféns” dos atravessadores<sup>11</sup> esses a cambam ficando com parte da produção.

### 3. 1. A Importância Da Escola Zumbi Dos Palmares Para A Formação De Uma Consciência Emancipatória

Compreendendo que a educação é um viés para a emancipação e democratização do conhecimento, o MST busca construir uma educação popular, voltada para o campo, onde o sujeito forma uma consciência de classe e passa a questionar a realidade que está inserido. Os autores Stedile e Fernandes (2012 p. 77) debatem que “existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital, e a da ignorância. Esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas também de democratizar o conhecimento”, nessa perspectiva existe uma preocupação, por parte dos militantes e dos trabalhadores, com a educação dentro dos acampamentos e assentamentos.

O projeto e a concretização da Escola Zumbi dos Palmares, veio em decorrência da necessidade de manter os estudos das crianças, tendo seu início durante o processo de ocupação da terra. A atual gestora da escola, Dona J. informou que em 2002 houve a organização para a abertura da escola que foi registrada em 2003. Mesmo estando inserida em um território conflituoso, manteve as atividades e funcionando provisoriamente, na casa de farinha, como pode ser

---

11. “que ou o que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista (diz-se de negociante); intermediário”

visto na figura 08. No primeiro ano os professores trabalhavam voluntariamente, pois a escola ainda não possuía o registro.

Figura 08: Casa de farinha, primeira sede da escola



Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 13 de maio de 2019.

Pensada para desenvolver a agroecologia como base na educação, tendo como proposta o objetivo de construir um conhecimento do campo, a escola busca vivenciar a realidade das crianças assentadas, construindo um conceito da teoria com a prática. Dona J. faz críticas aos professores que o Estado direciona para lecionar na escola, não que os professores não possuíam uma boa formação, mas devido a não terem vinculação com o Assentamento e com as estruturas que movem a pauta de luta do MST para a educação. Para a assentada Dona J. “é necessário que o professor tenha como base de estudo a geografia agrária para entender a realidade do campo”. Por não conseguirem encaixar-se na escola a rotatividade de professores é grande, alguns chegando a lecionar apenas um ano, esse fato traz como consequência o atraso no desenvolvimento da escola.

Outro ponto que prejudica o desenvolvimento são os programas escolares, que tem um currículo voltado, em sua maioria, para a leitura da zona urbana, excluindo as particularidades do campo. A escola do assentamento não possui acesso ao um livro didático que seja distribuído pelo Estado, com uma temática própria para o estudo do campo. Estando inserida nessa construção a escola só consegue desenvolver 50% da relação com a educação do/no campo. Mas, diante desse cenário houve a inclusão de disciplinas que levantam a história de formação

do Assentamento Zumbi dos Palmares e a implementação de algumas aulas ministradas dentro dos lotes, para que os alunos tenham a vivência com a terra. Medidas tomadas pela direção escolar, em conjunto com o Assentamento, almejando a construção emancipatória.

A escola atende ao ensino fundamental, possuindo por volta de 62 alunos, sendo todos assentados, divididos em dois turnos, manhã e tarde, a faixa etária dos alunos variam de 04 anos a 13 anos. O quadro de professores constitui-se em três mulheres e um homem, hoje apenas a gestora da escola é assentada no Assentamento. Em 2017 a escola ganha uma nova sede, ilustrada na figura 09. Passando a ter duas salas, refeitório, dois banheiros, uma sala de computação, sala para os professores, sala de direção, um pátio central e a implementação do projeto para o desenvolvimento da horta agroecológica, figura 10.

Figura 09: Nova sede da escola



Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 12 de setembro de 2018

Figura 10: Horta agroecológica



Fonte: Arquivo Jordana Nascimento, 12 de setembro de 2018

No decorrer da entrevista, realizada no dia 12/09/2018, Dona J. fala sobre os cortes que a escola sofreu, pós-golpe de Estado em 2016, entre eles, o projeto de implementação do poço. Esse seria utilizado para o desenvolvimento da horta agroecológica, com o sistema de irrigação e para suprir a limitação que a escola possui com a falta constante de água. Esse fato força a gestão a ter uma dinâmica de “convivência” com a falta, tendo dias de funcionamento reduzido, além de interferir na estrutura básica de formação dos alunos, pois esses deixam de interagir com a agroecologia dentro da escola.

Buscando construir uma educação voltada para o campo e para a emancipação do sujeito, almejando a identidade camponesa. A gestão da escola

introduziu conteúdos nas disciplinas, que contem a história do Assentamento Zumbi dos Palmares construindo o fortalecimento da consciência emancipatória através da luta, para que ela não seja esquecida. Esse fato carrega a importância de identificar-se enquanto a gente modificador do espaço social, passando a questionar as configurações territoriais impostas aos trabalhadores sem terras. Através dessas pontuações a escola tenta suprir a demanda sobre a discussão da educação do/no campo, demonstrando na teoria as ações tomadas na prática pelos seus pais e vós.

Utilizaremos mais uma vez a narrativa de Dona J., para enfatizar a importância da identidade camponesa, a escola realiza o desfile de 07 de setembro, tanto dentro do assentamento – para que o camponês veja a sua história e sinta orgulho por estar inserido na luta –, como no desfile realizado na cidade de Mari-PB. A escola leva como tema os movimentos sociais, contudo já houve veto do tema escolhido por parte da prefeitura, ao alegar que o desfile só seria realizado com outra temática. Naquele ano a escola não compôs o desfile municipal.

Existe a necessidade do campo mostrar a cidade, que o modelo de escola camponesa funciona e que o movimento também tem como pauta a luta pela democratização do conhecimento. Nesta perspectiva Stedile e Fernandes (2012 p.76) enriquecem a discussão quando afirmam que “O MST não se preocupa só com terra, se preocupa também com a escola, com a educação”. A bandeira de luta, é vista como um símbolo de resistência, por isso a importância de vesti-la diante de um sistema que legitima as suas ações através da alienação<sup>12</sup> da população marginalizando o movimento, causando a precarização como projeto de governo.

Discorreremos sobre essa colocação com a leitura baseada em Judith Butler, (2018. p.40), a qual afirma,

“A ‘precariedade’ designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte”.

Logo, quando o governo corta projetos sociais, com o objetivo de interromper políticas públicas afirmativas que desenvolve o crescimento de determinada comunidade, ele implementa a precarização intencional.

Nessa conjuntura encontra-se o Assentamento Zumbi dos Palmares, sofrendo com a intencionalidade da precarização por parte do Estado, enquanto luta por uma educação que emancipe as crianças e o trabalhador assentado.

12 “A alienação reside no fato de que a atividade do trabalhador pertence a outro. A alienação de si decorre da alienação do objeto. Mas ela produz, por sua vez, uma verdadeira inversão do sentido da vida humana”. (COLLIN 2010 p.55)

Entendendo que o Assentamento está inserido em uma sociedade hierárquica e desigual, os assentados não estão imunes aos padrões culturais introduzidos pelo sistema que geram o processo de alienação. Sobre isso a Dona J., levanta a questão que muitos assentados valorizam mais o trabalho desenvolvido por professores, diminuindo o próprio trabalho, por esse motivo a implementação da história do MST e de formação do assentamento é importante para o desenvolvimento emancipatório, para que o camponês entenda a necessidade da sua produção para a sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa, percebemos a realidade da mulher assentada, conhecendo as limitações impostas socialmente e culturalmente, através da prática observando a dinâmica de suas ações. Entendendo que as vivências e as configurações territórios se dão de formas diferentes entre a escala rural e a urbana, mesmo com as limitações encontradas durante o caminho trilhado. O levantamento do referencial teórico foi importante para compreender o processo histórico em que se encontra a mulher. Estes elementos, nos serviram enquanto arranjo teórico-metodológico, desse modo foi possível realizar as primeiras reflexões sobre uma geografia política e crítica dentro da discussão de gênero e de luta pela democratização da terra e por emancipação.

Os resultados encontrados nos permitiram traçar um diagnóstico dos eixos de estudo, em que foram observadas e analisadas as narrativas recolhidas, para entender a luta a fim de se firmarem enquanto indivíduos políticos. Assim, podemos constatar durante os trabalhos de campo dois caminhos para pensar a construção da sociedade sobre os pilares da estrutura capitalista, machista e patriarcal; divisão das relações entre os gêneros. O primeiro caminho refere-se ao processo de compreender a vivência das mulheres no Assentamento estudado, o segundo as formações territoriais com configurações desiguais, onde a mulher encontra-se em um macroterritório que a explora e dá força para que o microterritório o faça também, mantendo-a na submissão e passividade.

A discussão baseada na literatura feminina foi de grande importância para a construção de um pensamento crítico, acerca da formação da sociedade sob pilares patriarcais, em que o Estado produz essa cultura objetivando apenas o lucro na exploração do trabalho das mulheres. O questionamento sobre a forma de trabalho,

a alienação, levantou também a discussão sobre a luta de classes e os interesses da submissão da mulher diante a sociedade. A leitura da bibliografia de Elizabeth Teixeira, trouxe a narrativa sobre discussão da violência oriunda do latifundiário e do Estado, em forma de denúncia.

O raciocínio da sociedade dividida em classes nos possibilita romper as barreiras com conservadorismos ao ser analisado criticamente a subordinação das mulheres. Pois, se vamos tratar de rompimento com o sistema cultural patriarcal e sobre a emancipação das mulheres, temos que levar em consideração a quebra com o modo econômico capitalista, uma vez que esse corrobora com a precarização da vida das mulheres.

Assim, consideramos que este trabalho de conclusão de curso a partir das pesquisas, nos possibilitou uma melhor compreensão da dinâmica espacial atual no Assentamento Zumbi dos Palmares, bem como observar as dificuldades e as lutas das mulheres. Pois, são as trabalhadoras, as que possuem a renda baixa, as mais afetadas pelo sistema econômico, as mais exploradas e discriminadas apenas por serem do sexo feminino.

A vida das mulheres do campo é constituída através de muitas lutas e gritos em busca de uma emancipação política. Como registrado no subcapítulo sobre a trajetória de vida e luta de Elizabeth Teixeira e Maria Margarida Alves, o despertar da consciência de classe e a emancipação política, sem o vínculo com a figura do homem, através da luta pela democratização da terra e pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, se dá numa conjuntura extremamente violenta e excludente. Ressaltando que as relações de poder introduzidas na configuração dos territórios, geram o uso da violência implementada, de certa forma como política de governo uma vez que o mesmo legitima essas ações quando se omite em dar proteção e isenta os grandes proprietários, tendo como objetivo manter a concentração de poder nas mãos de poucos.

Ainda discutindo sobre as narrativas recolhidas durante os campos realizados ao local de estudo, lembramos a Dona J., quando afirmou que os cortes realizados pelo governo federal após o golpe de estado, sofrido pela ex-presidente Dilma Vana Rousseff, limitaram o desenvolvimento do assentamento, da escola e também das mulheres que acabam ficando ainda mais presas ao microterritório. Esse fato é um retrato da atual política de governo excludente.

O fato das e dos entrevistados demonstrarem consciência da sua condição, enquanto sujeito social, mostram um despertar, que pode conduzir ao rompimento

das classes através do pensamento emancipatório. Quando a escola do assentamento luta para manter-se firme, mesmo com a falta de apoio, direcionando a sua grade curricular para a história da formação do Assentamento Zumbi dos Palmares, almejando que as filhas e os filhos não esqueçam da trajetória de luta que as suas mães e pais realizaram.

Os questionamentos feitos por Dona J. sobre a sua própria condição, ao falar que os traumas modelam a personalidade, concede abertura para uma nova visão, de que a mulher necessita de espaço para crescer e passar a tomar decisões que são de cunho privados. As mulheres no Assentamento estudado estão em processo de uma construção do pensamento emancipatório político, esse processo é lento, no entanto, ele já está acontecendo e adentrando as casas das trabalhadoras e dos trabalhadores. A emancipação da mulher enquanto agente ativa e política, é de fundamental importância para a libertação da sociedade como um todo.

## REFERENCIAS

AGACINSKI, Sylviane. **Política dos sexos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BRASIL. [Constituição (1988)].

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero; Feminismo e Subversão da Identidade**.

Trad. Renato Aguiar.- 9º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:

Presidência da República, [2016]. Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_5\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp).

Acesso em: 10 dez. 2020

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**; (Tradução de Jaime Clasen). 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril, 2002: 112-146 p.

DESLADES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**/ Suely Ferreira, Otavio Cruz neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora).- Petrópolis. Rio de Janeiro: vozes, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In. CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2013.190p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. REVISTA NERA. Presidente Prudente: 2005, Ano 8, n. 6. 14 – 34 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.. Campinas: Editora da Unicamp, 2008 p. 173-224.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 21ª ed.

GARCÍA, Maria Franco. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: Interlocução entre gênero, trabalho e território**. in. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho. São Paulo: Unesp, 2002. Vol 3

HAESBAERT, Rogério. **Território em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política**. Revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-17, jun., 2014.

LIMA, Edvaldo Carlos de, AMORIM, Caio Augusto Maciel, THOMAZ JR, Antonio. **Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: Concepções Teóricas a partir do Trabalho de Campo**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>.

LOPES Adriana; ZARZAR Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária a Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

LOUREÇO, Nielson Polucena. **Da concepção de cooperação do MST à sua materialização no assentamento Zumbi dos Palmares - Mari-PB**. Dissertação de mestrado em geografia – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014. 123 f.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Trad. Victor Hugo Klagsbrunn. 1º ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capita**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. -São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO JR, Marcos Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2008. 500 f.

PRADO Jr, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RAVENA, Monyse. **"Eu continuo a luta", diz Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira**. João Pessoa: Brasil de fato. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/27/eu-continuo-a-luta-diz-elizabeth-teixeira-esposa-de-joao-pedro-teixeira>. Acessado em 01/11/2020

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. 2ºed. - João pessoa: CCTA, 2016. 260p.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e a violência no campo paraibano**. Tese Doutorado em geografia – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. 447 f.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. – 2º ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. - 4º. ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 p.

SILVA, Anderson Antonio da; MANÇANO, Bernardo; VALENCIANO, Renata Cristiane (coords.). **RIST - relatório de impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. p. 378.

SILVA, Anderson Antonio da; MANÇANO, Bernardo; VALENCIANO, Renata Cristiane (coords.). **RIST - relatório de impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. - 2ºed. - São Paulo: Expressão popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. p.176.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 152 p.